

Ação de Pesquisa Colaborativa do Fórum Belmont

Gestão de vulnerabilidade e resiliência para sistemas socioambientais em territórios expostos

RESILIÊNCIA 2025

Chamada Pública

Resumo

Com o aumento dos riscos ambientais, cientistas e especialistas em desastres trabalham com comunidades, como a Sociedade para a Análise de Riscos (SRA), para desenvolver novas abordagens de gestão de riscos. O próximo passo é integrar melhor os sistemas socioambientais dentro dessas abordagens e implementar uma ciência de risco mais holística e transdisciplinar. Inspirando-se na recente crise pandêmica da COVID-19, esta nova Ação de Pesquisa Colaborativa (CRA), chamada RESILIÊNCIA, baseia-se na [CRA Disaster Risk Reduction and Resilience \(DR3\) do Fórum de Belmont](#) e visa definir e promover “novos” conceitos de gestão de riscos que melhor respondam às mudanças globais e às rápidas mudanças nas relações entre as sociedades e a natureza. Os resultados esperados incluem desenvolvimentos científicos de risco alinhados com a ciência da sustentabilidade, coprodução de conhecimento, foco em territórios altamente vulneráveis, governança informada e o surgimento de uma nova geração de cientistas e partes interessadas capazes de lidar melhor com os riscos ambientais gradativos.

Contexto e Justificativa

A Agência Nacional Francesa de Pesquisa (ANR), as Agências Francesas de Programação de Pesquisa Ambiental (FERPA) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia de Taiwan (NTSC) estão co-liderando uma nova chamada de financiamento do Fórum Belmont intitulada “Gestão de vulnerabilidade e resiliência para sistemas socioambientais em territórios expostos”¹.

A RESILIÊNCIA segue e expande a pesquisa realizada até agora dentro do programa de pesquisa “Risco de Desastres, Redução e Resiliência” (DR3 2019). Visa, notadamente, enquadrar melhor a ciência do risco nas ciências da sustentabilidade e contabilizar de forma mais holística as mudanças nas relações entre as sociedades e a natureza no projeto de um futuro resiliente para os sistemas socioambientais.

DR3: <https://www.belmontforum.org/cras#dr32019>

O Fórum Belmont (BF) é composto por 39 instituições de financiamento de ciência e parceiros em todo o mundo. Essas agências desenvolvem e financiam conjuntamente Ações de Pesquisa Colaborativa (CRA). Essas chamadas de financiamento de pesquisa transdisciplinar abordam questões de mudanças ambientais globais que exigem coordenação global para atingir metas científicas, aumentar as sinergias e evitar a duplicação.

A concepção de uma ciência de risco mais abrangente implica o roteiro típico das ciências da sustentabilidade, ou seja, uma abordagem holística, interdisciplinar e transdisciplinar que

¹ Segundo o IPCC (2022), a *exposição* refere-se à “presença de pessoas; meios de subsistência; espécies ou ecossistemas; funções, serviços e recursos ambientais; infraestrutura; ou ativos econômicos, sociais ou culturais em lugares e ambientes que possam ser adversamente afetados” (p. 7), enquanto a *vulnerabilidade* é definida como “a propensão ou predisposição a ser adversamente afetada” e inclui “sensibilidade ou suscetibilidade a danos e falta de capacidade de lidar e se adaptar” (p. 7).

Com base nessas definições, a presente chamada define **territórios expostos** como áreas geográficas onde a sensibilidade dos socioecossistemas aos perigos é exacerbada, ou seja, áreas situadas na proximidade ou em interação direta com riscos naturais intensos — seja de origem telúrica (vulcões, terremotos, tsunamis), origem climática (inundações, secas, submersão ou erosão costeira, deslizamentos de terra) ou impulsionadas por processos socioambientais (por exemplo, desmatamento, poluição, degradação da terra) e onde os socioecossistemas têm capacidade limitada e/ou infraestrutura crítica para lidar, adaptar e recuperar.

A presente Chamada se concentrará em territórios expostos próximos ou em interação direta com riscos naturais relacionados à mudança global.

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas: (2022). *Mudança Climática 2022: impactos, adaptação e vulnerabilidade. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* (H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegria, ... B. Rama, Eds.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009325844>

resume o conhecimento e envolve todas as partes interessadas na identificação e implementação de soluções de gestão de risco relevantes. As lacunas críticas a serem abordadas incluem: i) a definição de risco resultante do aumento das interações entre as sociedades e a natureza, ii) escalas espaço-temporais múltiplas e aninhadas, iii) a natureza diversa das vulnerabilidades socioambientais (principalmente em territórios altamente expostos/vulneráveis), iv) a interação complexa entre riscos, percepção de risco e estratégias de gerenciamento de risco no paradigma de tomada de decisão, v) o projeto e promoção de soluções eficazes baseadas na natureza para redução de riscos de desastres e vi) a co-construção de conhecimento e soluções entre cidadãos, partes interessadas e cientistas.

Uma ênfase específica precisa ser dada às evoluções drásticas nos riscos devido às mudanças globais. Avaliá-los em escalas de curto a longo prazo requer combinar dados sistemáticos de estações de medição com fontes históricas de arquivos e projeções futuras. Os benefícios potenciais incluem, por exemplo, i) avaliar o impacto do aquecimento global e do clima extremo em escalas locais, ii) integrar mudanças graduais ou abruptas nas condições socioambientais na avaliação de risco, iii) quantificar as incertezas associadas em diferentes horizontes e escalas temporais e iv) investigar a ligação entre risco e resiliência dos diferentes componentes dos sistemas socioambientais.

Esforços de pesquisa futuros também devem ser enquadrados por multicausalidade e/ou multidimensionalidade, uma vez que efeitos induzidos, eventos em cascata e concomitantes estão frequentemente presentes em áreas expostas a riscos naturais e humanos cada vez mais conectados. A questão da gestão sustentável dos recursos econômicos e da sustentabilidade em escalas geográficas precisa, portanto, ser considerada em uma perspectiva sistêmica e de múltiplos riscos.

Como a noção de área exposta não pode ser adequadamente considerada sem as dimensões sociais do risco, soluções de adaptação equitativas devem ser co-construídas entre cientistas e partes interessadas. Enfatizar isso antecipa a resposta da sociedade, reforça as capacidades de resiliência e instala confiança entre as instituições produtoras de conhecimento, o público e os tomadores de decisão. A pandemia da COVID-19 fornece uma fonte de lições e pesquisas que certamente podem ser transpostas para outras situações de gestão de desastres. Notavelmente, esta pandemia revelou a importância de uma gestão eficaz em tempos de crise, desenvolvendo a compreensão dos cidadãos sobre as questões em jogo e envolvendo-os em estratégias de mitigação de crises. Inspiração deve ser tirada dessa experiência para definir “novos” conceitos de gestão de riscos, enquadrados em uma perspectiva mais holística.

Relevância social/impacto esperado

O aumento dos riscos e perdas ambientais nos sistemas socioambientais em vários setores da economia, incluindo agricultura, indústria, finanças e direito. A conscientização sobre os

riscos é amplamente compartilhada pelas partes interessadas e pelos cidadãos que exigem soluções de gerenciamento de riscos. Notavelmente, autonomia de gestão de risco, ajuda mútua e co-design dentro de toda a complexidade dos sistemas socioambientais são agora considerados diretrizes obrigatórias. A pesquisa proposta desenvolverá e promoverá soluções que atendam a essas necessidades, particularmente incluindo projeções de riscos futuros confiáveis, baseadas na ciência, para antecipar e gerenciar melhor os riscos futuros.

Como a gestão de riscos difere entre decisão e implementação, a abordagem transdisciplinar da proposta permitirá ações colaborativas eficientes com todas as partes envolvidas, do lado técnico com os cientistas, ao social com os cidadãos e dos detentores de conhecimento local aos tomadores de decisão. Os projetos devem incluir a apropriação ideal dos resultados na escala apropriada, nomeadamente em áreas altamente vulneráveis específicas. Será dada atenção das áreas rurais às urbanas e das regiões costeiras/planícies às regiões montanhosas/montanhas atualmente afetadas pelo aumento do nível do mar e pelo encolhimento da criosfera montanhosa, a fim de desenvolver planos eficientes de gestão de riscos.

Para além do envolvimento direto das autoridades locais e dos cientistas, os projetos de investigação neste CRA podem também incentivar a formação e a educação — das escolas aos níveis universitários — nos territórios altamente vulneráveis visados, de modo a impulsionar a capacitação (por exemplo, aquisição de dados, modelização, gestão de riscos, quadro jurídico). Essas atividades visam aumentar a conscientização da próxima geração de cientistas e partes interessadas nesses países sobre as estratégias de avaliação e gestão de riscos.

Finalmente, além da co-construção de questões de pesquisa, este CRA apoiará a disseminação de resultados e estratégias ideais de gestão de riscos para os níveis de governança local e nacional.

Com base nisso, a RESILIÊNCIA investigará as ligações entre a vulnerabilidade dos sistemas socioambientais em áreas expostas e sua capacidade de se converter/evoluir para um futuro mais resiliente, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo é enquadrar melhor a ciência do risco em uma perspectiva da ciência da sustentabilidade com base nos resultados dos projetos financiados através da Ação de Investigação Colaborativa DR3.

Em detalhe, o CRA visa fomentar a investigação sobre as seguintes questões, em consonância com os ODS e as principais lacunas na ciência do risco identificadas a vários níveis, como a comunidade do Quadro de Sendai e a União Europeia:

1. Como integrar melhor as ciências humanas e sociais em novas metodologias de gestão de riscos: 1) integrar melhor os cidadãos, as partes interessadas e os cientistas por meio de

abordagens de co-design e 2) explicar melhor as implicações, em termos de riscos, das mudanças nas relações entre as sociedades e a natureza (incluindo aspectos culturais e de comunicação)?

2. Como explicar, em uma perspectiva holística (por exemplo, quebrar barreiras entre disciplinas e setores para abordar a crescente complexidade dos sistemas de risco em escalas territoriais), os diferentes riscos que afetam os sistemas socioambientais, incluindo sociedades, ecossistemas, bem como suas interações complexas e mutáveis? E como projetar e promover soluções eficientes baseadas na natureza para redução equitativa do risco de desastres?

3. Como aprender melhor com os territórios, nomeadamente a sua história, recursos, conhecimentos locais, práticas ambientais e culturais, e documentar e identificar condições relevantes para mudanças no sentido da Redução do Risco de Desastres através da resiliência?

4. Como formalizar melhor (desenvolvimentos formais/matemáticos de conceitos e medidas de risco, aspectos legais dos ODS, interoperabilidade institucional), entender (causas: clima, tendências socioambientais), avaliar (quantificar) e agir sobre (ou seja, por meio de ações legais) riscos que evoluem rápida e fortemente em todos os seus componentes (incluindo aparência, deslocamento) em um continuum temporal entre passado (observação) e futuro (projeções)?

5. Como garantir um continuum desde observações (sensoriamento remoto), modelagem, tomada de decisão até a definição de estratégias de resiliência, para uma melhor exploração dos dados de risco para a sociedade?

6. Como vincular eficientemente as geociências, engenharia e ciências matemáticas às ciências humanas para incorporar a ciência do risco (incluindo mapeamento de riscos geológicos, avaliação de vulnerabilidades e impactos, percepção e gestão de riscos e estratégias de mitigação) na transição numérica?

Em poucas palavras, com base no contexto acima e nas questões de pesquisa, espera-se que as propostas apresentadas englobem elementos de pelo menos duas das três áreas listadas abaixo **com uma perspectiva de Ciência da Sustentabilidade e referência clara aos desafios acima:**

ÁREA 1. Avaliar melhor os riscos de aumentar a complexidade com as mudanças globais

ÁREA 2. Atenção específica às vulnerabilidades exacerbadas em territórios altamente expostos

ÁREA 3. Desenvolver soluções inovadoras para a Redução do Risco de Desastres

Requisitos do projeto

As propostas devem atender às expectativas desta Chamada Pública e do [Desafio Belmont](#), um documento de visão que incentiva “pesquisas transdisciplinares internacionais que fornecem conhecimento para compreensão, mitigação e adaptação às mudanças ambientais globais”.

As propostas devem incluir uma ligação forte e deliberada entre os aspectos sociais e ambientais dos desafios ambientais globais, para garantir que atendam ao Desafio Belmont para pesquisas transdisciplinares internacionais que gerem conhecimento para compreensão, mitigação e/ou adaptação às mudanças ambientais globais.

Dada a complexidade e o alcance desses desafios, os consórcios de pesquisa devem ser verdadeiramente transdisciplinares, incluindo pesquisadores de: a) ciências sociais/humanidades/economia e b) ciências naturais/ciências físicas/engenharia/tecnologia, bem como c) parceiros da sociedade civil (ou seja, cidadãos, indústria, tomadores de decisão ou organizações da sociedade civil), usando uma abordagem participativa, co-projetada e de co-implementação. Os detentores de conhecimento adicionais são bem-vindos para fazer parte do consórcio proponente, uma vez que este critério mínimo seja atendido.

As propostas bem-sucedidas **devem abordar o Tema da Chamada** e cumprir **pelo menos duas das três Áreas** (com vínculos transversais incentivados), descrevendo claramente como o projeto proposto o realizará. As propostas bem-sucedidas incluirão orçamentos bem justificados, divisão de fundos e alocação clara de funções, responsabilidades e tempo.

Nas fases preliminares (definição de trajetórias de financiamento e formulação de projetos), um diálogo franco e direto deve ser estabelecido para conciliar os interesses da academia e das comunidades em um domínio de trabalho específico.

O mesmo diálogo dinâmico deve ser tomado para co-definir os papéis de cada parceiro no consórcio, é importante ter em mente que, da perspectiva do Fórum Belmont, **é fortemente encorajado que os parceiros não acadêmicos também assumam papéis de liderança como co-PIs**. A equipe também deve refletir sobre medidas efetivas para prevenir qualquer forma de dinâmica exploratória ou de “pesquisa extrativa” que possa surgir entre parceiros acadêmicos e não acadêmicos do consórcio.

A concepção da medição de resultados do projeto deve ser um esforço colaborativo envolvendo toda a diversidade de atores interessados/envolvidos. As estruturas de monitoramento devem abordar questões colocadas por interesses compartilhados entre esses atores.

Incentivar programas de pesquisa contínuos ou a síntese do conhecimento existente: Mesmo com a presença de sistemas de informação avançados, bancos de dados, observatórios, redes científicas e conjuntos de dados, a geração de conhecimento científico muitas vezes permanece fragmentada ou redundante, dificultando o avanço científico e a tomada de decisões eficazes. O CRA deve priorizar o apoio a projetos resultantes de programas de

pesquisa bem estabelecidos, conhecidos por abordar problemas intrincados e defender as melhores práticas. Esforços devem ser feitos para incentivar a síntese e consolidação das informações e conhecimentos existentes.

As propostas devem incluir:

1. **Plano de Gerenciamento de Dados e Resultados Digitais (DDOMP)**, incluindo acessibilidade pública de dados, objetos digitais, resultados e descobertas;
2. **Descrição do Projeto**, incluindo histórico, plano de pesquisa e composição do consórcio, com uma discussão detalhada sobre o envolvimento das partes interessadas e o processo de coprodução;
3. **Plano de Gestão** para descrever a implementação da coordenação geral, monitoramento, supervisão e avaliação do projeto; deve abordar a implementação de políticas de acesso aberto e uma reflexão sobre o acesso equitativo e JUSTO e a propriedade do conhecimento e dados produzidos pelo projeto seguindo os [princípios FAIR](#).
4. **Plano de Impacto, Engajamento e Divulgação**, incluindo o desenvolvimento de vídeos introdutórios e de valorização para as reuniões iniciais e finais, atividades planejadas de mídia social, bem como quaisquer outras atividades de comunicação voltadas para o exterior previstas como resultado deste trabalho, atividades de capacitação previstas como parte do co-desenvolvimento da pesquisa;
5. **Plano de financiamento**, incluindo financiamento para participar de atividades coordenadas ao longo da vida útil do projeto, como participar das reuniões iniciais, intermediárias e finais do CRA, a serem realizadas preferencialmente no [Congresso Anual de Pesquisa e Inovação em Sustentabilidade](#) (SRI). As despesas para essas atividades devem ser contabilizadas no Plano de Financiamento para permitir a participação de *pele menos* três Consorciadas.

Duração do projeto

Os projetos devem ter *três* anos de duração.

Crítérios de elegibilidade

Para ser considerado elegível para esta chamada, um Consórcio de Pesquisa deve ter **pele menos três organizações parceiras participantes estabelecidas em três países diferentes (não incluindo parceiros de autofinanciamento)** e deve solicitar apoio de **pele menos três organizações financiadoras participantes envolvidas nesta chamada**.

Os requisitos de elegibilidade de cada organização de financiamento podem ser encontrados em seu anexo para esta chamada no [site do Belmont Forum](#).

Incentivamos a diversidade geográfica global para aumentar a escalabilidade e a aplicabilidade dos resultados do projeto. Os parceiros do consórcio que não são elegíveis para financiamento de nenhuma das agências de financiamento participantes podem participar do projeto de pesquisa às suas próprias custas.

Dada a complexidade e o alcance dos desafios, os consórcios de pesquisa devem ser verdadeiramente transdisciplinares, incluindo assim pesquisadores de: a) ciências sociais/humanidades/economia e b) ciências naturais/tecnologia, bem como c) parceiros da sociedade civil (ou seja, cidadãos, indústria, organizações da sociedade civil), usando uma abordagem de co-design, co-desenvolvimento e co-implementação. A transdisciplinaridade dos projetos será avaliada através do envolvimento direto das partes interessadas no consórcio de projetos ou através do nível de envolvimento das comunidades /atores da sociedade das partes interessadas na implementação do projeto.

Serão financiados projetos de excelência científica e tecnológica geridos por universidades, outras organizações de investigação e empresas dos países envolvidos. O financiamento seguirá o princípio da nacionalidade, o que significa que cada agência de financiamento nacional ou regional participante financiará seus respectivos parceiros de pesquisa nacionais/regionais em um consórcio de projeto específico.

Além disso, a aplicação de consórcios de pesquisa é necessária para interagir e incluir parceiros do setor privado (por exemplo, PMEs), partes interessadas e/ou usuários finais durante a preparação da proposta e a execução do projeto. Sempre que possível, as PME e outras partes interessadas devem ser incentivadas a participar nos consórcios, para aumentar o impacto, facilitar o intercâmbio de conhecimentos e a captação de resultados para proporcionar benefícios mensuráveis à investigação de gestão de vulnerabilidade e resiliência. No entanto, o apoio de qualquer tipo de parte interessada como parceiro ativo nos consórcios de pesquisa depende dos regulamentos de financiamento nacionais/regionais definidos pelos órgãos de financiamento (consulte os documentos “Anexos Organizacionais” no sistema de submissão (<http://bfgo.org>)).

Os membros do consórcio podem **solicitar financiamento** ou **apoio em espécie**, conforme descrito em cada Anexo. Membros adicionais podem participar em uma capacidade autofinanciada se o número mínimo de participantes de três países que solicitam fundos de três organizações de financiamento for atendido.

Cada Consórcio de Pesquisa **deve ter um Líder de Consórcio**, que facilite a colaboração e a comunicação entre a equipe e envie a proposta de pesquisa, e relatórios anuais, que devem ser entregues a cada 15^{de} junho durante a vida útil do projeto. **Os Líderes do Consórcio devem solicitar financiamento** de uma agência de financiamento participante e **não podem participar de uma capacidade autofinanciada ou em espécie**. É fundamental que cada Membro do Consórcio e Líder do Consórcio revise os anexos aplicáveis da agência de

financiamento para esta Chamada para determinar se suas solicitações de financiamento no Plano de Financiamento se alinham com o apoio disponível. Perguntas específicas sobre elegibilidade devem ser direcionadas ao ponto de contato relevante listado na parte inferior de cada Anexo organizacional. Incentivamos criar um Consórcio de Pesquisa de gênero e geograficamente equilibrado que ofereça oportunidades para pesquisadores em início de carreira participarem.

CrITÉRIOS de Avaliação:

As propostas serão analisadas conforme os seguintes critérios de seleção:

1. Qualidade/MÉrito Intelectual

- Qual a qualidade da ciência proposta? Quão inovadoras são as metas e objetivos do projeto da equipe?
 - Quão bem a atividade promove o conhecimento e a compreensão dentro de seu próprio campo e em diferentes campos?
 - Até que ponto a atividade proposta sugere e explora conceitos criativos, originais e inovadores?

2. Adequado aos objetivos da Chamada (incluindo envolvimento do usuário e impactos sociais ou mais amplos)

- Abordagem do Tema da chamada e elementos de pelo menos duas das Áreas descritas
- Engajamento de usuários de pesquisa/atores sociais (formuladores de políticas relevantes, reguladores, ONGs, comunidades, organizações locais e indígenas ou indústria) e eficácia das atividades propostas de troca de conhecimento
- Impactos esperados: por exemplo, sociais, relacionados a política e a economia
 - Quais podem ser os benefícios da atividade proposta para a sociedade (por exemplo, desenvolvimento de políticas, economias)?
 - Como os usuários/atores sociais foram envolvidos e quão eficazes são os mecanismos e caminhos propostos para o impacto (ou seja, transferência de conhecimento para os tomadores de decisão)?
 - A colaboração de pesquisa se concentra em desafios globais para os quais as soluções só podem ser alcançadas por abordagens científicas globais?

3. Pessoal/Qualidade do Consórcio

- Competência e expertise das equipes e complementaridades do consórcio
 - Quão bem qualificados são os proponentes (Líder do Consórcio e equipe) em termos de conhecimento científico, expertise e experiência para conduzir o projeto?

- Qual é a qualidade do trabalho anterior em termos de contribuições passadas ou potenciais e impacto nas áreas de pesquisa propostas e outras?
- A equipe Líder do Consórcio (incluindo quaisquer Investigadores Co-Principais identificados) consegue liderar o projeto, por exemplo, ter fortes habilidades de gestão e liderança, ou ter complementaridade de experiência e sinergia dos membros da equipe?
- O Fórum Belmont visa aumentar a acessibilidade às oportunidades de pesquisa, especialmente para as comunidades marginalizadas. Nesse espírito, o Fórum Belmont incentiva a diversidade da equipe do Consórcio, considerando vários fatores, incluindo geografia, treinamento ou formação, bem como atores não acadêmicos, incluindo, entre outros, povos indígenas e detentores de conhecimento local.
- Qual é o valor agregado da cooperação internacional? Quando apropriado, discuta até que ponto os investimentos existentes das Organizações Parceiras são alavancados no projeto proposto
 - Se essas parcerias existem atualmente, o que esse novo financiamento lhes permite fazer que eles não poderiam fazer de outra forma?

4. Coprodução e Relevância Social

- Existem abordagens transdisciplinares incorporadas e ao longo do ciclo de vida do projeto planejado? (co-desenhar, co-identificar, co-desenvolver). A abordagem transdisciplinar também deve abranger recomendações práticas relevantes para as políticas públicas e imaginar como o projeto de pesquisa poderia melhorar a sociedade em geral, incluindo as instituições locais.
- As partes interessadas da sociedade estavam envolvidas no enquadramento inicial e no desenvolvimento da proposta? As ações de engajamento das partes interessadas (descritas nas seções de métodos ou nos planos de equidade, diversidade e inclusão) devem reconhecer e lidar com os diferentes graus de vulnerabilidade das populações locais conforme as características diferenciais.
- Os resultados do projeto proposto exibem relevância/impacto social genuíno (no terreno)?
- São feitas provisões para que todos os parceiros (incluindo as partes interessadas/sociedade) compartilhem equitativamente os impactos/benefícios no terreno como resultado deste projeto?

5. Recursos e Gestão

- Adequação dos recursos e financiamentos solicitados
- Cooperação apropriada e equitativa
- Quão bem concebida e organizada é a atividade proposta?
- Existe um plano operacional com marcos bem definidos?
- O plano de coordenação é adequado?

- Existe acesso suficiente aos recursos?
- Os investimentos solicitados são bem justificados e relevantes?
- As contribuições científicas e financeiras solicitadas às Organizações Parceiras de cada país estão bem equilibradas?

6. Plano de Gerenciamento de Dados e Resultados Digitais (DDOMP) e outros documentos necessários, conforme texto da chamada

- O DDOMP está consoante a [Política de Dados Abertos do Fórum Belmont](#) e com [os princípios FAIR](#)?
- O DDOMP considera princípios [DE CUIDADO](#)?
- O DDOMP está adequadamente detalhado e com recursos para poder ser levado adiante eficazmente?
- Os planos de gerenciamento de dados devem abordar a implementação de políticas de acesso aberto e uma reflexão sobre o acesso e a propriedade equitativos e justos do conhecimento e dos dados produzidos pelo projeto.

Como participar

Todos os documentos da chamada, incluindo diretrizes para candidatos e requisitos nacionais/regionais, e o portal de envio podem ser encontrados no site das Operações de Subsídio do Fórum Belmont: <http://bfgo.org>.

Este CRA tem um processo de submissão em duas etapas. Pré-proposta (obrigatória para apresentação completa da proposta) e propostas completas. **As propostas podem ser redigidas em inglês, francês, português, espanhol** e enviadas online em www.bfgo.org.

As propostas enviadas em outros idiomas que não o inglês serão submetidas à tradução para o inglês para avaliação do painel. A proposta também será lida no idioma original por pelo menos um dos membros do painel de especialistas. A tradução será facilitada através do software Amazon Web Services, garantindo a conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE (GDPR). As propostas permanecerão confidenciais no sistema do Fórum Belmont (BFgo) e não serão compartilhadas externamente.

Os detalhes da chamada e do processo de inscrição são apresentados no site do Fórum Belmont: <https://belmontforum.org/cras#open>, onde você também pode encontrar links para módulos de treinamento para proponentes no canal do Fórum Belmont no YouTube.

Antes de preparar propostas, os candidatos são aconselhados a entrar em contato com seus Pontos de Contato Nacionais, conforme listado nos documentos anexos para a chamada, a fim de garantir sua elegibilidade.

Atividades de capacitação e networking

A construção de consórcios fortes e adequados será fundamental para o desenvolvimento de propostas que respondam aos desafios destacados no texto da chamada e produzam os resultados esperados

A fase de capacitação e networking consiste em um período de vários meses a ser usado para apoiar atividades de networking, especialmente com vários atores e disciplinas da sociedade, capacitação, treinamento transdisciplinar ou série de workshops. Essas atividades auxiliarão os candidatos a: 1) enfrentar o desafio deste CRA focado na transformação das práticas de gestão (transdisciplinar) usando uma abordagem holística do sistema (interdisciplinar) e 2) enviar as propostas na plataforma BFgo.

Potenciais atividades de apoio durante a fase de desenvolvimento da proposta:

- Oficinas e outras atividades de apoio podem ser organizadas regionalmente para construir uma comunidade que reúna cientistas naturais, cientistas humanos e sociais e atores sociais de diferentes países. A participação nessas oficinas não deve ser obrigatória para a apresentação de propostas, mas deve ser considerada uma grande oportunidade para os candidatos desenvolverem a comunidade transdisciplinar e suas redes. Um aspecto fundamental para o sucesso dessas atividades será trabalhar com bons corretores de conhecimento. Essas atividades podem ter um foco regional.

- Webinars podem ser organizados por cada Organização Parceira com o apoio do secretariado do TPO e do Fórum Belmont. Os webinars ajudarão a divulgar informações por meio de comunidades de pesquisa sobre temas, boas práticas em transdisciplinaridade ou especificidades do Fórum Belmont (ou seja, intercâmbios com premiados anteriores do Fórum Belmont).

- Ferramenta ou plataforma de networking para futuros candidatos que desejam conhecer futuros parceiros. Essas ferramentas ajudariam a construir a comunidade transdisciplinar que trabalha com esse tema. Os futuros candidatos à procura de novos parceiros serão incentivados a aderir à seguinte plataforma:
<https://members.futureearth.org/topics/39286/feed>

Se você gostaria de se manter atualizado, sinta-se à vontade para se inscrever em nossa [lista de e-mails](#) e nos seguir em nossos canais de mídia social. Se você precisar de precisões ou mais informações, entre em contato com info@belmontforum.org

Linha do tempo da chamada provisória

JUNHO 2025	Abertura da Chamada
------------	---------------------

Junho de 2025 a outubro de 2025	Atividades de networking e capacitação
Outubro 2025	Pré-propostas qualificadas
Maio 2026	Propostas completas qualificadas
Setembro 2026	Financiamento de projetos

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

Nome das organizações participantes, site.

Organização	Países / Territórios Apoiados	Site
Agência Nacional de Pesquisa (ANR)	França	
Ministério Federal de Educação e Pesquisa (BMBF)	Alemanha	
Agências Francesas de Programação de Pesquisa Ambiental (FERPA, França)	França	
Agência Japonesa para a Ciência e Tecnologia (JST)	Japão	
Conferência Nacional de Montanha (MRI, Internacional)	Internacional	
National Research Council	Itália	
Fundação Nacional de Pesquisa	South Africa	
Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (NSTC)	Taipei	
Fundação de Amparo à Pesquisa e	Brasil, Santa Catarina	

Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)		
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).	Brasil, Estado de São Paulo	
Fundação Nacional de Ciência da Suíça	Suíça	
Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR, Internacional)	Internacional	